GUIA PRÁTICO DE APOIO À GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

COORDENAÇÃO:
KEYLOR BRONZATO

1ª EDIÇÃO

VOLUME 2:
FORMAÇÃO POLICIAL

COLEÇÃO HERÁLDICAS

2014

Fomentado como parte da apresentação dos resultados
de pesquisa desenvolvida para o curso de especialização EAD
em Políticas e Gestão em Segurança Pública, da Universidade
Estácio de Sá, em Junho de 2014.

Projeto gráfico, e compilação: Keylor Bronzato.

Foto de capa: Acervo fotográfico digital da 9ª Cia Ind MAT.
(Fotos cuja referência já está presente na pesquisa original
não possuem indicação de autoria)

Índice

Apresentação

A idéia do presente guia surgiu da iniciativa de uma pesquisa proposta ao curso de especialização EAD em Políticas e Gestão em Segurança Pública da Universidade Estácio de Sá. O estudo desenvolveu-se através das linhas de entendimento da atividade preventiva da Polícia Militar de Minas Gerais, o desencadeamento do seu policiamento de meio ambiente, programas de educação ambiental de sua iniciativa, cenários mineiro e nacional de segurança pública, crimes e crimes ambientais, e uso de desenhos animados como ferramentas no processo de ensino-aprendizagem.

O trabalho de pesquisa enumerou aspectos de segurança pública e meio ambiente encontrados num episódio do desenho animado do Pica-Pau. Um modelo teórico foi evidenciado diante de tais aspectos e, numa forma mais condensada e encorpada, compuseram os volumes 1 e 2 desta coleção. Todas as referências necessárias estão posicionadas no trabalho original.

Ao desbravar a obra de Walter Lantz, qualquer pesquisador, de qualquer idade, de qualquer campo, apaixona-se pelos seus personagens. É como o aluno de letras que analisa cada período em Dom Casmurro e termina por sentir-se o próprio Machado de Assis, de tão dentro da sua dimensão se encontra.

Sugere-se que o presente guia seja manipulado por docentes de cursos de formação policial, visto que embarca aspetos de segurança pública típicos da atividade policial militar mineira. Docentes de cursos de formação policial de outros Estados ou outras corporações necessitam rever os conteúdos para adaptá-los à sua realidade institucional.

O guia prático é norteador, conceituador, propositor, cabendo ao gestor do ensino definir seu melhor uso, aplicabilidade, e inserção em políticas públicas.

Keylor Bronzato
Policial Militar

1 Assistindo o Pica-Pau

A primeira atividade que deve ser feita, antes de mais nada, é assistir ao cartoon do Pica-Pau. O episódio proposto é o intitulado O Agente Secreto, de 1967, e pode ser assistido adquirindo um DVD que contenha o episódio, ou utilizando um website que permita ao usuário a exibição de vídeos diversos. O episódio, normalmente, se desenrola em aproximados 5min. Vale lembrar que os direitos autorais do desenho pertencem à Walter Lantz Prod. Inc..

- **Sugestão 1**: Assista o vídeo sem informar que é um desenho, sem informar os objetivos, sem pedir a atenção do público alvo.

- **Sugestão 2**: Antes de assistir, peça ao público alvo que observe os aspectos de segurança pública.

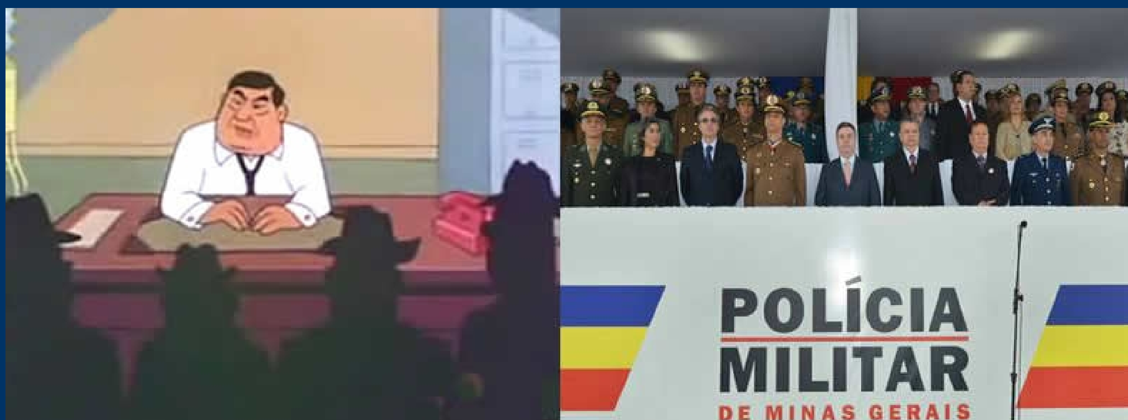
- **Sugestão 3**: Assista usando Sugestão 1 e, após, assista novamente usando a Sugestão 2.

Dica: Quando iniciar a argumentação e as proposições de reflexão e criticidade, congele o vídeo nas partes em que estiver acontecendo uma cena relativa ao assunto.

2 Reuniões

Um fato corriqueiro da atividade fim é a reunião que ocorre 30min antes do início do turno de serviço operacional. Normalmente, um militar mais graduado, ou de posto mais alto, incentivado ou não por documentos normativos, toma a frente e inicia a instrução.

O "Chefe" do Pica-Pau o aciona de dentro de um órgão de defesa social. Poderia ser um quartel de polícia militar, uma delegacia, uma agência do FBI ou da CIA. O "Chefe" está reunido com outros agentes de segurança pública.



Quando o "Chefe" afirma que já tomou a sua decisão de telefonar para o Pica-Pau e dar-lhe a missão, percebe-se um ar de autoridade, de comando, de firmeza diante de uma situação que está perturbando a ordem pública. Características necessárias a um líder, um comandante, um gestor público que decide em prol da segurança da população. Emerge da cena os dois pilares de sustentação da atividade policial militar: hierarquia e disciplina. Ao lado da ética, da lealdade, justiça, representatividade e respeito, disciplina e hierarquia formam os valores da PMMG. Outro ponto que instiga o entendimento da disciplina e proatividade policial é o momento em que o Pica-Pau encerra a conversa com o "Chefe" dizendo que já era pra considerar a missão como cumprida.

Oportunidade: Aproveite para abordar o Código de Ética e Disciplina, lei n° 14.310, de 19 de junho de 2002, cap. II : Princípios de Hierarquia e Disciplina.

Questão comparada: A sala de aula da formação policial pode ser considerada uma reunião de hierarquia e disciplina? Promover discussões e comparações entre a sala de aula civil e a militar, suas diferenças e semelhanças.

3 Comunicação operacional

O Pica-Pau utiliza de aparatos tecnológicos, que, para 1967, são de alta modernidade. São eles o monitor de pulso em link com a câmera do mini helicóptero que persegue o Espalha-Lixo pelo telhado (possui ainda telefone embutido), e o *Woodymóvel*, o carro do agente secreto, assim nomeado nesta pesquisa, que possui um radar que descobre a localização do vilão (mostrado na Ilustração 15). O radiopatrulhamento aéreo usando helicópteros é uma atividade especializada do CORPAer (Comando de Radiopatrulhamento Aéreo) desde 1987.



Oportunidade: Aproveite para abordar o funcionamento dos COPOMs com uma dinâmica utilizando rádios transceptores HTs para interligar o público alvo numa linha de comunicação. É um excelente momento para fazer referência à legislação institucional que versa sobre comunicação operacional (ex: Res. 3933 que rege o uso da telefonia móvel e fixa na PMMG). Cada operador operando uma estação de comunicação (viatura, COPOM, patrulha a pé, bike, aeronave, SOU/SOF).

Questão comparada: Abordar os modelos de Alfabetos Fonéticos (internacional e brasileiro), comparando-os, e introduzindo o modelo do código Q. A dinâmica com HTs pode ser reforçada com o uso dos códigos.

4 Crimes e contravenções

Luiz, o "Espalha-Lixo", não é apenas um vilão sujo. Em quatro momentos ele promove o crime descrito no artigo 121 do Código Penal Brasileiro, na modalidade tentada (BRASIL, 1940): quando atira uma bigorna de cima do prédio em direção ao pássaro; quando derruba o poste em que ele está pendurado; quando acerta o topete vermelho do Pica-Pau, e o divide ao meio, com um tiro de pistola; e quando, com vários disparos, utilizando duas pistolas, tenta acertar o pássaro, que se defende com a tampa de uma lata de lixo.



- **Sugestão 1**: Comentar a Lei 10.826 (Sistema Nacional de Armas), artigos 12, 14 e 15. O vilão porta, detém, adquire, transporta, emprega, recebe, ou mantém sob guarda as armas? Ele tem a posse ou o porte das armas? As armas são de use permitido ou uso restrito? Ele teve vontade de cometer outro crime?

- **Sugestão 2**: Comentar o Decreto-Lei 3688 (Contravenções Penais). Art. 28: Disparar arma de fogo em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela. E art. 37: Arremessar ou derramar em via pública, ou em lugar de uso comum, ou do uso alheio, coisa que possa ofender, sujar ou molestar alguém.

Questão comparada: Promova uma discussão acerca das armas que o vilão utiliza. Apresente modelos de armamento parecidos e distintos, solicitando que o público alvo escolha os que mais se assemelham às armas do cartoon.

O Pica-Pau é preso por um guarda tradicional ao atirar ao chão o envelope que envolvia a sua recompensa, sendo considerado pelo guarda como um poluidor. Sobre esta conduta, o Direito Administrativo esclarece que “o ato administrativo praticado pelo Agente Público sem a observância

da legalidade, torna o ato nulo de pleno direito, tendo em vista, a presença de um vício insanável em sua estrutura, chamado de ilegalidade". É o Princípio Constitucional da Legalidade da Administração Pública. No mesmo viés, a própria Constituição Federal relata que o cidadão pode fazer tudo o que a lei não proibir – art. 5º, inciso II. No caso da prática do agente secreto, há uma previsão legal relativa à poluição, logo, seu ato foi ilegal.

Oportunidade: A situação pode ser aproveitada para que os Princípios Constitucionais da Administração Pública sejam discutidos (como o da Moralidade, que fala da ética dos atos do Agente Público; e o da Impessoalidade, que fala do bem da coletividade como finalidade dos atos do Agente Público)

- **Sugestão 1**: Reflita sobre crimes e excessos cometidos por policiais militares, com citações do Código Penal Militar, da Lei de Tortura, e da lei de Abuso de Autoridade.

- **Sugestão 2**: Debata conceitos relativos a Direitos Humanos, explorando a cena em que o Pica-Pau aparece na mesma cela que o infrator que acabara de prender.

Oportunidade: Promova uma discussão acerca do princípio da insignificância, levando o público alvo à confrontar as seguintes correntes: uma segue o entendimento de que é possível aplicar o princípio da insignificância em crimes ambientais quando a intervenção humana for irrelevante, considerando que não lesa o bem jurídico tutelado pela lei; outra, defende que o meio ambiente pertence à coletividade – conforme disposto na própria Constituição de 1988 – e portanto, qualquer lesão, mesmo aparentemente ínfima, torna-se significativa, e afeta o seu equilíbrio.

Palavras-chave para pesquisa: direito administrativo, direito penal, direito penal militar, direito humanos, armas e munições, direito constitucional, direito ambiental.

Dispositivos legais deste capítulo:

- LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998 - CRIMES AMBIENTAIS
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988
- LEI Nº 4.898, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965 - ABUSO DE AUTORIDADE
- DECRETO-LEI NO 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 - CÓDIGO PENAL
- LEI Nº 9.455, DE 7 DE ABRIL DE 1997 - LEI DA TORTURA
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS 1948
- DECRETO-LEI Nº 1.001, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969. - CÓDIGO PENAL MILITAR
- LEI NO 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003 - ESTATUTO DO DESARMAMENTO

5 Prisão e condução

- **Sugestão 1:** Congele o cartoon na cena em que o Pica-Pau nocauteia o vilão.

Oportunidade: Promova uma discussão acerca da doutrina policial do uso gradual da força, utilizando dispositivos normativos, e incitando ao público alvo criticar positiva e negativamente a forma utilizada para a prisão. Explorar o fato de que algumas normas sobre o assunto possuem data anterior à própria Constituição Cidadã de 1988 e, mesmo assim, estão alinhadas a ela.

Palavras-chave para pesquisa: autoritarismo, discricionariedade, legalidade, amadorismo, profissionalismo.

Oportunidade: Um debate pode ser acalorado sobre o fato do Pica-Pau não ter devolvido na mesma proporção, ou seja, não se utilizou de arma de fogo para retirar Luiz de combate.

- **Sugestão 2:** Repita a cena da fuga do vilão de dentro da lixeira duas vezes.

A legislação institucional da PMMG pronunciou-se em 1993 acerca da fuga de presos, considerando o fato como provocador de desgastes à imagem corporativa, provocando descrédito público e refletindo diretamente na sociedade que se vê atemorizada com a reinserção prematura no seu convívio de infratores de toda ordem.

Palavras-chave para pesquisa: sistema prisional, fuga de presos, escolta de presos, integridade física de pessoas sob a tutela do Estado, guarda de estabelecimentos prisionais.



Dispositivos legais deste capítulo:

- MEMORANDO CIRCULAR Nº 1036/93-EMPM: FUGA DE PRESOS
- NOTA DE INSTRUÇÃO 001/84-CG: O USO DA FORÇA NO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA

6 Recompensas

Na legislação institucional da PMMG não está prevista uma recompensa financeira como recebeu o agente secreto no cartoon. Porém, nada impede que a gestão pública estadual promova prêmios em dinheiro acerca da atuação policial militar, como o modelo de Gestão por Resultados adotado pelo governo estadual desde 2003. Estão previstas recompensas do tipo saudação aos militares agraciados, elogios individuais, lembranças materiais, dispensas totais ou parciais do serviço, outras a critério do Comandante Geral, comendas concedidas pela instituição, nota meritória, cancelamento de punições, menção elogiosa escrita, e menção elogiosa verbal, podendo ser ampliada a recompensa, conforme motivação do ato, para concessão por autoridade superior distinta da competente para concessão.



Oportunidade: Comentar quais foram os elementos motivadores do recebimento da recompensa no desenho animado e comparar com situações de condecoração em cerimônias oficiais da instituição policial. Promover a enumeração, pelo público alvo, de quais motivos seriam relevantes para a devida recompensa, atribuindo níveis de importância a eles.

Dispositivos legais deste capítulo:

- RESOLUÇÃO Nº 2152, DE 31 DE MARÇO DE 1989: DISPÕE SOBRE HOMENAGENS AOS MILITARES CONSIDERADOS DESTAQUES PROFISSIONAIS NAS ATIVIDADES AFETAS À POLÍCIA MILITAR.
- DECRETO Nº 42843, DE 16 DE AGOSTO DE 2002. REGULAMENTA A CONCESSÃO DE RECOMPENSAS, O CONSELHO DE ÉTICA E DISCIPLINA MILITARES DA UNIDADE - CEDEMU, DE QUE TRATA A LEI Nº 14.310, DE 19 DE JUNHO DE 2002, QUE DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DOS MILITARES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CEDM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Considerações finais

A integração de conhecimentos não precisa ser dependente da biblioterapia. Tecnologia, arte e cultura digital podem ser utilizados de forma a impactar o processo de ensino-aprendizagem.

O presente guia aproveita o movimento das imagens e diálogos de um desenho animado para promover saberes de segurança pública com foco na gestão pública da Polícia Militar de Minas Gerais.

Uma vasta gama de interações entre as disciplinas é perceptível: muito do conteúdo de Direito Administrativo emana do Direito Constitucional. O Direito Penal também possui esta característica, e pode ser relacionado com o Policiamento Ambiental, que cita crimes ambientais. Também não se pode falar em Técnica Policial sem Ética e Cidadania. Há ainda a questão dos Direitos Humanos, reforçada com a questão da condução dos presos e da presença, na mesma cela, de infrator e agente da lei. Logo, o gestor de segurança pública com responsabilidade sobre o desenvolvimento dos conteúdos da matriz curricular, dispõe de um material riquíssimo a ser explorado.

A interdisciplinaridade é tida como fator de potencialização da proposta de instigar os saberes críticos acerca da temática de segurança pública; cabendo aqui observar a necessidade de um espírito livre de preconceitos e de fronteiras epistemológicas rígidas como condição para o desenvolvimento da atividade interdisciplinar. Isto requer atitudes, mudanças conceituais e atitudinais, para que a integração não fique apenas como pontual.

Florestas retiram poluentes do ar, água, solo,
e servem de abrigo e alimento para inúmeras espécies,
contribuindo para a biodiversidade.

A formatação do trabalho permite impressão
de duas páginas por folha, em frente e verso.

Preserve.